

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E FISIOLÓGICAS (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: NATALIA MURTA DE LIMA DORNELAS

TÍTULO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL TAMBÉM É CIDADANIA

AUTORES: NATALIA MURTA DE LIMA DORNELAS, NATÁLIA MURTA DE LIMA DORNELAS, LARISSA RAUSSE PEREIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAEx

PALAVRA CHAVE: SUSTENTABILIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COLETA SELETIVA

RESUMO

O desenvolvimento sustentável, apesar de ser um tema em evidência e crucial para manutenção da vida, ainda tem pouco espaço nas políticas públicas e na aceitação pela população por envolver mudanças culturais, principalmente as impostas pelo sistema capitalista ocidental. O homem, que pela ganância ou falta de consciência, acreditou que poderia usufruir o máximo que pudesse dos recursos naturais do planeta, sem sofrer consequências dos seus atos. Aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992 a conferência sobre o meio ambiente (ECO-92) e reconheceu a Educação Ambiental (EA) como direito dos cidadãos para uma educação transformadora convocando a sociedade a assumir suas responsabilidades, sejam elas individual ou coletiva, para cuidar do meio ambiente. No último encontro conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio +20) verificou-se poucas mudanças daquelas propostas, principalmente por intervenção política. A questão ambiental e a educação implicam em construir cidadãos transformadores e responsáveis do ambiente em que vivemos. Desta forma, contribuirão na formação, construção e transformação de uma sociedade, oferecendo todas as possibilidades educativas para o desenvolvimento sustentável. Ainda Kury, 2009 aponta a "importância da mobilização pública para a manutenção da qualidade ambiental, destacando a responsabilidade dos educadores na construção de estratégias de superação das desigualdades sociais, e a educação ambiental como meio de articular soluções para o resgate das relações interpessoais e do homem com a natureza, de modo a formar cidadãos políticos e preocupados com a proteção ambiental". O objetivo deste projeto é desenvolver campanhas de educação ambiental para promover mudanças da percepção do ambiente e conscientização das demandas e meios de solucionar problemas, aprimorando a cidadania ao tornar as pessoas politicamente ativas, cobrando mais responsabilidade das autoridades vigentes e pensando em soluções sustentáveis para as necessidades das comunidades Jardim Riacho das Pedras e Flamengo, no município de Contagem, Minas Gerais. A metodologia de intervenção passou por uma primeira fase que foi o levantamento de catadores que circulam nos bairros listados. Na fase seguinte aqueles catadores que tiveram interesse foram convidados a fazer parte da associação de catadores no galpão do Riacho, para que fossem criados os pontos de coleta destinados à deposição de material reciclável. Posteriormente várias instituições foram visitadas (igrejas, creches, escolas e supermercados), e aquelas que demonstraram interesse em participar do projeto, foi sugerido começar pela expansão da coleta seletiva. A estrutura para criação do ponto de coleta passou por fases de adaptação e os próprios moradores envolvidos participaram do processo dando opiniões e buscando soluções para a construção do coletor. Inclusive buscaram-se parcerias na prefeitura e com o vereador, para apoiar o projeto financeiramente e estreitando ainda mais a relação povo e políticos. A coleta seletiva traz benefícios sociais, ecológicos e financeiros: sociais, pois dignifica o trabalho dos catadores e a coleta em pontos específicos se torna eficiente aumentando a renda dos associados e evitando que eles revirem lixo em busca de material; ecológicos, uma vez que reduz a quantidade de lixo descartado em aterros sanitários que estão cada vez mais saturados e apresentam risco de contaminação do solo e água, além de poupar recursos naturais, evitando desmatamento e outras formas de extração; este tipo de coleta é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do planeta e por fim, traz benefícios financeiros em diversas escalas, desde a prefeitura que reduz o volume de lixo nos aterros e aumenta o seu tempo de vida útil, que pode proporcionar o aproveitamento de áreas topograficamente inutilizadas, possui baixo custo operacional, controla proliferação de ratos e insetos, evita o contato direto com o lixo, até a população de forma indireta, que proporciona fonte de renda para os menos favorecidos economicamente, evitando a marginalização. Além disso, essas instituições promoveram cursos de reaproveitamento de alimentos ministrados pela equipe do projeto, como uma forma de diminuir a produção de lixo orgânico e evitar o desperdício, o que também possui caráter conservacionista, principalmente por controlar a fronteira agrícola, uma vez que reaproveitando, diminui-se o consumo. Somado a isso, em uma próxima fase, oficinas de hortas alternativas também serão oferecidas para estimular o cultivo de hortaliças em residências e mais uma vez, diminuir a pressão agrícola, seguindo as recomendações do material Makishima et al., 2005. Em conversas informais com alguns moradores também surgiu a necessidade de melhorar as condições de praças e áreas verdes da região, que em muito dos casos são mantidos pelos próprios moradores que moram próximas a essas áreas. A partir disso, deu-se início a um documento com o levantamento de todas as áreas que precisam ser revitalizadas e reflorestadas e será enviado para o setor encarregado da prefeitura. Neste documento sugere-se a parceria entre a prefeitura que fará a restauração e os moradores que ficarão responsáveis pela manutenção. Desta forma, além de criar área de lazer e melhorias estéticas, acredita-se que os atos de vandalismo reduzam, pois a participação ativa dos moradores na preservação da área comum desperta o sentimento de pertencimento e valorização do patrimônio público. Mesmo em processo de implantação, percebe-se que há interesse da população na comunidade alvo do projeto em desenvolver e ampliar as práticas de sustentabilidade, indicando que muitas das vezes o que ocorre são falhas na comunicação entre sociedade e corpo legislativo para tornar o desenvolvimento sustentável prioridade nas políticas públicas.